



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 724/2020 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE A REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 0318/17

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Nobre Vereador Fernando Holiday e de outros Vereadores desta Casa, que revoga legislação ociosa da década de 80 e 90 do Século XX e da primeira década do Século XXI.

O projeto recebeu parecer pela legalidade com substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e parecer favorável das Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; de Administração Pública; de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; de Educação, Cultura e Esportes; de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher; e de Finanças e Orçamentos, nos termos do referido substitutivo.

O projeto foi aprovado em segunda votação, na forma do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa na 275ª Sessão Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2020.

Tendo em vista a aprovação da Emenda de nº 1, do próprio autor, foi o projeto encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para a elaboração do parecer propondo a sua redação final, com fundamento no art. 259 do Regimento Interno.

Feitas as modificações necessárias à incorporação das alterações aprovadas, segue abaixo o texto com a redação final ao projeto:

PROJETO DE LEI Nº 0318/2017

Revoga a legislação ociosa da década de 80 e 90 do Século XX e da primeira década do Século XXI. (Ref. a mais de centena de leis ociosas, contribuindo para a desburocratização do Município.).

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

- I. Lei 9.032 de 1980;
- II. Lei 9.044 de 1980;
- III. Lei 9.082 de 1980;
- IV. Lei 9.090 de 1980;
- V. Lei 9.178 de 1980;
- VI. Lei 9.212 de 1980;
- VII. Lei 9.622 de 1983;
- VIII. Lei 9.638 de 1983;
- IX. Lei 9.676 de 1984;
- X. Lei 9.679 de 1984;
- XI. Lei 9.697 de 1984;

XII. Lei 9.698 de 1984;
XIII. Lei 9.702 de 1984;
XIV. Lei 9.709 de 1984;
XV. Lei 9.715 de 1984;
XVI. Lei 9.928 de 1985;
XVII. Lei 9.962 de 1985;
XVIII. Lei 10.066 de 1986;
XIX. Lei 10.110 de 1986;
XX. Lei 10.120 de 1986;
XXI. Lei 10.155 de 1986;
XXII. Lei 10.517 de 1988;
XXIII. Lei 10.762 de 1989;
XXIV. Lei 10.775 de 1989;
XXV. Lei 10.790 de 1989;
XXVI. Lei 10.861 de 1990;
XXVII. Lei 10.871 de 1990;
XXVIII. Lei 10.873 de 1990;
XXIX. Lei 10.897 de 1990;
XXX. Lei 10.901 de 1990;
XXXI. Lei 10.904 de 1990;
XXXII. Lei 10.935 de 1991;
XXXIII. Lei 10.941 de 1991;
XXXIV. Lei 10.975 de 1991;
XXXV. Lei 11.114 de 1991;
XXXVI. Lei 11.116 de 1991;
XXXVII. Lei 11.118 de 1991;
XXXVIII. Lei 11.130 de 1991;
XXXIX. Lei 11.316 de 1992;
XL. Lei 11.346 de 1993;
XLI. Lei 11.347 de 1993;
XLII. Lei 11.350 de 1993;
XLIII. Lei 11.427 de 1993;
XLIV. Lei 11.436 de 1993;
XLV. Lei 11.545 de 1994;
XLVI. Lei 11.601 de 1994;
XLVII. Lei 11.650 de 1994;
XLVIII. Lei 11.656 de 1994;
XLIX. Lei 11.677 de 1994;
L. Lei 11.689 de 1994;
LI. Lei 11.708 de 1994;

LII. Lei 11.727 de 1995;
LIII. Lei 11.761 de 1995;
LIV. Lei 11.777 de 1995;
LV. Lei 11.780 de 1995;
LVI. Lei 11.781 de 1995;
LVII. Lei 11.782 de 1995;
LVIII. Lei 11.786 de 1995;
LIX. Lei 11.797 de 1995;
LX. Lei 11.802 de 1995;
LXI. Lei 11.806 de 1995;
LXII. Lei 11.807 de 1995;
LXIII. Lei 11.836 de 1995;
LXIV. Lei 11.837 de 1995;
LXV. Lei 11.838 de 1995;
LXVI. Lei 11.886 de 1995;
LXVII. Lei 11.895 de 1995;
LXVIII. Lei 11.939 de 1995;
LXIX. Lei 11.997 de 1996;
LXX. Lei 12.061 de 1996;
LXXI. Lei 12.076 de 1996;
LXXII. Lei 12.081 de 1996;
LXXIII. Lei 12.095 de 1996;
LXXIV. Lei 12.263 de 1996;
LXXV. Lei 12.265 de 1996;
LXXVI. Lei 12.272 de 1996;
LXXVII. Lei 12.285 de 1996;
LXXVIII. Lei 12.392 de 1997;
LXXIX. Lei 12.393 de 1997;
LXXX. Lei 12.500 de 1997;
LXXXI. Lei 12.536 de 1997;
LXXXII. Lei 12.577 de 1998;
LXXXIII. Lei 12.582 de 1998;
LXXXIV. Lei 12.592 de 1998;
LXXXV. Lei 12.607 de 1998;
LXXXVI. Lei 12.611 de 1998;
LXXXVII. Lei 12.624 de 1998;
LXXXVIII. Lei 12.670 de 1998;
LXXXIX. Lei 12.714 de 1998;
XC. Lei 12.722 de 1998;
XCI. Lei 12.750 de 1998;

XCII. Lei 12.751 de 1998;
XCIII. Lei 12.818 de 1999;
XCIV. Lei 12.823 de 1999;
XCV. Lei 12.826 de 1999;
XCVI. Lei 12.875 de 1999;
XCVII. Lei 12.969 de 2000;
XCVIII. Lei 13.036 de 2000;
XCIX. Lei 13.063 de 2000;
C. Lei 13.112 de 2001;
CI. Lei 13.149 de 2001;
CII. Lei 13.256 de 2001;
CIII. Lei 14.065 de 2005;
CIV. Lei 14.475 de 2007;
CV. Lei 14.941 de 2009.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 19/08/2020.

João Jorge (PSDB) - Presidente

Caio Miranda Carneiro (DEM)

Celso Jatene (PL) - Abstenção

Cláudio Fonseca (CIDADANIA) - Relator

George Hato (MDB)

Reis (PT) - Abstenção

Rinaldi Digilio (PSL)

Rute Costa (PSDB)

Sandra Tadeu (DEM)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 20/08/2020, p. 102

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.